

# PMDB vai intensificar campanha da Constituinte

BRASÍLIA (Sucursal) — Depois de se comprometer a evitar o debate sobre a quem compete a convocação da Constituinte, o presidente do PMDB, Ulisses Guimarães, recebeu ontem, da Executiva Nacional do partido, autorização para procurar os presidentes das demais legendas de oposição, bem como representantes de setores da sociedade preocupados com a redemocratização do País, para acertar a intensificação e coordenação da campanha pela Constituinte.

Antes da reunião da Executiva, Ulisses conversou, isoladamente, com os deputados Francisco Pinto e Osvaldo Macedo, integrantes da "tendência popular", que reagiram à sua colocação do fim de semana, em que admitiu a "Constituinte com Figueiredo". Nesses encontros, Ulisses observou que seu pensamento foi divulgado com base em "frases pincadas", mas admitiu que, por se tratar de uma questão polêmica, daqui por diante, evitará entrar na "parte processual" relativa à assembléia que deve elaborar uma nova Constituição.

Esse compromisso foi repetido pelo presidente do PMDB na reunião e em rápida entrevista que concedeu à imprensa. Nessa última oportunidade, Ulisses acrescentou que os detalhes sobre como e quando a Constituinte deve ser convocada ficarão melhor definidos após os contatos que ele fará neste recesso parlamentar. Ao mesmo tempo, lembrou que já existe em tramitação no Congresso uma proposta de autoria do senador Orestes Quêrcia, prevendo a forma e a data de eleição da Constituinte (15 de novembro de 1982).

Durante os debates na Executiva, o próprio Quêrcia havia solicitado o apoio do partido para a sua proposta. Apesar de reagir à "Constituinte com Figueiredo", considerando-a uma idéia que a oposição não pode defender, Francisco Pinto admitiu que o termo da emenda do senador paulista poderão prevalecer porque, baseado em contatos que disse haver mantido com militares e empresários no Rio, a Constituinte já é uma tese que começa a ganhar corpo.

Quanto à pretendida luta contra a modificação das leis de Segurança, de Imprensa e de Greve, Ulisses procurou demonstrar aos repórteres que não é o caso de uma mobilização específica, cabendo dentro da campanha da Constituinte.

## FUSÃO

Ainda na reunião Ulisses desestimulou também o debate em torno da reaglutinação das oposições. Depois, na entrevista, ele indiretamente reafirmou sua posição sobre o assunto: é contrário à fusão, entendendo que o importante é as oposições se unirem, na prática, em torno de objetivos comuns, sobretudo a Constituinte, "não perdendo cada um (dos partidos) o seu perfil".

Anteriormente estava prevista a discussão, no encontro da Executiva, do esboço de um documento-básico que fundamentaria a unidade oposicionista e que foi preparado por um grupo que inclui o ex-deputado Rafael de Almeida Magalhães e o suplente de senador por São Paulo, Fernando Henrique Cardoso.

Esse esboço vinha sendo tratado com grande reserva mas alguns dos pontos do documento chegaram a ser divulgados, o que teria levado os seus idealizadores a discutir a reunião de ontem.

## FREITAS

O líder do PMDB na Câmara Federal, deputado Freitas Nobre, deu a entender ontem, em São Paulo, que também segue a "tendência popular" do Partido, contrária à "Constituinte com Figueiredo", achando que quando Ulisses Guimarães admitiu a idéia, o fez dias atrás, apenas para "provocar o presidente Figueiredo a se definir sobre um assunto de relevada importância, que é a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte".

## Pensam em Ulisses para o Planalto

BRASÍLIA (Sucursal) — Ao lado da preocupação relativa à dinamização da campanha da Constituinte, parlamentares do PMDB estão fazendo gestões junto ao presidente nacional do partido, Ulisses Guimarães, no sentido de que ele aceite o lançamento de sua candidatura à Presidência da República, a curto prazo.

A principal justificativa para o lançamento imediato dessa candidatura é a de que através dela seria mais fácil sensibilizar o eleitorado para a mobilização em torno da Constituinte e da volta das eleições diretas. Entretanto, por trás dessa justificativa, haveria ainda uma razão secundária: a preocupação de setores peemedebistas em manter Ulisses na presidência do partido.

Há evidências de que Ulisses já não mais reúne o consenso da legenda que preside há quase dez anos e que alguns núcleos expressivos, como a bancada do Senado e integrantes da "tendência popular" preferiam vê-lo substituído no comando partidário, despondo como nome que reúne grandes chances para ocupar seu lugar o atual vice-presidente, senador Teotônio Vilela.

Com o lançamento de sua candidatura à sucessão do general Figueiredo, em eleição direta, como defende a oposição, Ulisses teria, ao mesmo tempo, assegurada a sua recondução à presidência do PMDB, pois não faria sentido enfraquecer internamente o nome que, representando a oposição, disputaria a presidência da República.

As conversas relativas a essa candidatura vêm sendo conduzidas discretamente, embora há um mês um dos defensores da idéia, o vice-líder Osvaldo Macedo, a tenha abordado publicamente, em pronunciamento feito no plenário da Câmara.

Da parte de Ulisses o que se sabe é que em tese ele aceita o lançamento de um candidato pelo PMDB, mas ainda não deu uma resposta objetiva quanto à possibilidade dele mesmo cumprir esse papel.

Em 1973, ele aceitou uma missão de objetivos apenas aparentemente semelhantes: apresentou-se como antecandidato à Presidência, mas num pleito indireto e numa época em que o regime estava excessivamente fechado à mobilização oposicionista. Agora, ele teria de liderar, a um só tempo, a campanha pela Constituinte e o movimento que justificaria a própria candidatura, pela volta das eleições diretas.



A Executiva do PMDB autorizou Ulisses a discutir a Constituinte com os demais partidos oposicionistas.

## Proposta da oposição é um engodo, diz Marchezan

BRASÍLIA (Sucursal) — "Não vai haver mais pão, nem mais liberdade. Trata-se de um engodo e uma panacéia", foi o que declarou, ontem, o deputado Nelson Marchezan, líder da maioria na Câmara, sobre as propostas dos partidos de oposição para a convocação imediata de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Para o líder, esses partidos deveriam apontar soluções concretas com vistas à inflação, à distribuição de renda e o problema energético brasileiro.

A Constituinte, segundo Marchezan, não é um tema com a urgência que as oposições desejam colocar, nem prioritária frente aos problemas brasileiros. Na sua opinião, a Constituinte nada resolverá, não passando de "um engodo" a forma como vem sendo colocada.

Desafiou as oposições a oferecerem soluções alternativas para o País, porque de nada adianta denunciar a incompetência sem oferecer soluções: "Nós queremos saber o que pensa a oposição." E não será devolvendo ao povo a tarefa de escolher novos representantes para a Assembléia que se encaminhará a questão.

Acentuou, depois, que a Constituinte, nos moldes em que está sendo colocada, apenas desvia os assuntos, o que é uma falta grave partida das oposições, porque elas sempre acusam a maioria de agir dessa maneira.

Para Marchezan, é necessário retirar da Constituição "ranços de arbítrio", mas acredita que tal remoção não deva ser necessariamente via uma Constituinte. São mais importantes, a seu ver, os problemas do dia-a-dia, como por exemplo, aumentar o mercado de trabalho, uma exigência do povo.

"Qualquer um acaba com a inflação, acabando também com o País", continuou Marchezan, ressaltando, porém, que considerava "um passo à frente do presidente do PMDB" ter ele admitido o presidente Figueiredo como líder maior: "Isso já foi um progresso."

Mudando de assunto, Marchezan frisou que admitir a fusão das oposi-

ções seria admitir que cessaram os argumentos que as levaram à divisão, o que não corresponde à realidade. Ressaltou que nesses partidos existem homens com doutrinas e soluções diferentes, para problemas diferentes, e que não têm razão para se reunirem outra vez sobre uma única legenda.

Por fim, afirmou que a reforma partidária teve o objetivo de criar um leque de opções, enquanto a fusão se constituiria no desvio da responsabilidade dos partidos com seus programas e ideais.

## Planalto teme preço de diálogo

BRASÍLIA (Sucursal) — O Executivo admite conversar com a oposição sobre temas específicos que visem à "conciliação nacional" proposta em vários pronunciamentos do presidente Figueiredo. O Planalto, também acreditando que poderá encontrar receptividade junto aos oposicionistas, não admite, porém, discutir a Constituinte.

Um influente assessor do Planalto admitiu ontem a possibilidade de os contatos entre governo e oposição, que hoje se limitam a conversas entre pedessistas e parlamentares dos outros partidos, no Congresso, venham a se realizar dentro de um esquema mais amplo de negociação política, para "o bem do País e da manutenção de um clima de tranquilidade na sociedade nacional". "A questão — salientou a fonte — é o preço que isto vai nos custar", acrescentando que "não poderíamos aceitar a formação de uma Constituinte para aumentar a temperatura política do País, neste momento de dificuldades econômicas".

O governo, ao que parece, admite conversar sobre uma agenda de propostas oposicionistas que considere concretas e encetar negociações possíveis sobre tais pontos. Não aceita discutir todos os postulados da oposição. "Vamos, se for o caso, negociar e estudar as propostas. Mas somente depois de conhecê-las é que poderemos fazer uma avaliação correta", afirmou aquele assessor.

## PP quer só união eleitoral

Da Sucursal e do Serviço Local

Os senadores do PP, reunidos em Brasília com o presidente do partido, senador Tancredo Neves (MG), decidiram ontem que não se cogitará mais da hipótese de fusão das legendas oposicionistas, defendida por vários setores da oposição, admitindo, porém, uma união eleitoral. União essa que os senadores tornaram complexa, ao resolverem que o PP terá candidatos próprios a senador e a governador, em cada Estado em que se constituir.

A decisão de não aceitar mais qualquer conversa sobre a fusão tem vários fundamentos. Um deles, talvez o que mais influuiu, foi a conclusão de que a plena redemocratização do País somente poderá ser obtida com o pluripartidarismo. A reunificação oposicionista colocaria em risco até o retorno das eleições diretas para governador, que todos reconhecem ser um objetivo do Presidente da República.

Constatou-se, ainda, que os anúncios de fusão têm beneficiado apenas ao PMDB, que pretende continuar a monopolizar o eleitorado descontente com o governo. Os comentários a respeito estão prejudicando a formação do Partido Popular em alguns municípios.

Da reunião de ontem participaram os senadores Tancredo Neves, Gilvan Rocha (SE), Mendes Canale (MS), Gastão Muller (MT), Evelásio Vieira (SC), Afonso Camargo (PR) e Valdon Varjão (MT) e os deputados Carlos Cota (MG), Antônio Mariz (PB) e Figueiredo Correia (CE). O senador Alberto Silva (PI) não esteve presente porque se encontra no Piauí.

## SERRA ESCLARECE

O economista José Serra, do PMDB paulista, apontado como um dos articuladores dos entendimentos que visam a unificação das oposições, declarou ontem que, efetivamente, têm havido reuniões para discutir o assunto, entre membros dos diferentes partidos, os quais, entretanto, não representam, formal ou informalmente, as suas agremiações.

Enfatizando que essas reuniões não visam a fusão dos partidos da oposição, e nem mesmo a elaboração de um programa comum, Serra explicou que o principal objetivo dos encontros tem sido o de discutir "a gravidade da crise econômica, a incapacidade do regime para sequer frear seu agravamento, os perigos de um endurecimento político associado a políticas de recessão, desemprego e maior desnacionalização da economia".

"Diante disso — salientou —, as oposições sustentam que a saída para a crise está na redemocratização, que poderia permitir a formação de governos com credibilidade para enfrentar os problemas atuais, a explicitação dos interesses e conflitos sociais existentes e a negociação democrática em torno dos mesmos. Nesse sentido, as oposições procurariam definir, em co-

mum, um calendário mínimo que apontasse no sentido dessa redemocratização."

Garantindo que até agora não se produziu nenhum documento que pudesse sequer servir de base para essas discussões, disse que as versões veiculadas pela imprensa devem constar de documentos que os participantes das reuniões desconhecem e que provavelmente foram elaborados com outras finalidades, há mais tempo.

"Na prática — acentuou —, essas versões só têm servido para atrapalhar os entendimentos, inclusive porque ninguém tem tido delegação formal das direções desses partidos para discutir o assunto."